



ÉTICA DAS VIRTUDES E CRISE CLIMÁTICA: um diálogo a partir de Hannah Arendt

Carlos Roberto de Melo Almeida¹

RESUMO: Este artigo visa demonstrar que a concepção da política enquanto atualização da pluralidade ontológica dos seres humanos, própria de Hannah Arendt, pode contribuir para o tratamento da crise climática via ética das virtudes, uma vez que a tese arendtiana salienta, de um lado, a responsabilidade individual diante das necessidades da vida e do ambiente, e, de outro, destaca os riscos da sobreposição da lógica dos processos ambientais sobre a dimensão individual e pessoal do humano. Dessa forma, o artigo defende que uma leitura atenta de Arendt pode oferecer uma abordagem ainda mais robusta para a ética das virtudes frente à crise climática, ao mesmo tempo em que destaca os riscos das leituras em que a dimensão individual parece desaparecer frente às necessidades ambientais.

Palavras-chave: Pluralidade; Hannah Arendt; Crise Climática; Ética das Virtudes.

Abstract: This article aims to demonstrate that the conception of politics as the actualization of the ontological plurality of human beings, as proposed by Hannah Arendt, can contribute to addressing the climate crisis through a virtue ethics approach. Arendt's thesis emphasizes, on the one hand, individual responsibility in the face of life's and the environment's needs, and on the other, highlights the risks of the environmental processes' logic overshadowing the individual and personal dimension of the human being. Thus, the article argues that a careful reading of Arendt can offer an even more robust foundation for virtue ethics in the context of the climate crisis, while also drawing attention to the risks of interpretations in which the individual dimension seems to vanish before environmental imperatives.

Keywords: Plurality; Hannah Arendt; Climate Crisis; Virtue Ethics.

INTRODUÇÃO

O avanço da recepção de um filósofo ou uma filósofa permite revisitar suas teses e seus métodos e verificar quão valiosas são suas contribuições para problemas contemporâneos, os quais poderiam, inclusive, estar distantes do horizonte de

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação do PPGF-UNISINOS (São Leopoldo). Bolsista CAPES/PROEX. E-mail: almeidacrm@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0269-9206>.



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



perspectiva do autor ou da autora. Este é o caso de Hannah Arendt (1906-1975), cuja recepção pode ser dividida em três grandes fases (Santos, 2024), as quais passam de uma leitura essencialmente política à dimensão fenomenológica e hermenêutica de suas teses.

Dessa forma, temas pouco tratados na recepção arendtiana têm recebido contribuições significativas a partir de novas perspectivas lançadas sobre sua obra. Nessa direção, eu defendo neste artigo que a leitura que Sophie Loidolt apresenta do tema da pluralidade em Hannah Arendt pode contribuir para justificar a necessidade de manter a atenção sobre a dimensão individual de problemas coletivos, como a crise climática.

Por conseguinte, eu argumento que a tese da pluralidade em Arendt pode auxiliar na justificação da perspectiva da ética das virtudes na abordagem dos problemas climáticos contemporâneos. Diferentemente de outras abordagens, como a teoria do decrescimento, a ética das virtudes valoriza e pressupõe a importância das ações individuais no tratamento do problema e é nesse aspecto que a contribuição de Arendt, lida a partir da fenomenologia, parece mais valiosa, como será discutido neste artigo.

1. PLURALIDADE ATUALIZADA: ARENDT A PARTIR DA FENOMENOLOGIA

Durante a vida, Hannah Arendt insistiu no fato de que não pertencia ao “círculo dos filósofos”, ao afirmar que o que fazia era teoria política e não filosofia². Contudo, essas afirmações devem ser vistas no contexto maior da sua obra, no interior da qual ganham o sentido de distanciamento de um certo modo de entender filosofia e proposta de uma nova abordagem filosófica, a saber, a partir do que a autora descreve como pluralidade (Loidolt, 2018; Miranda, 2024).

Nesse sentido, trabalhos como Borren (2010), Castanheira (2025), Loidolt (2018) e Pommier (2024) destacaram a presença dos métodos da tradição fenomenológica na obra arendtiana, enfatizando, ao mesmo tempo, as contribuições da autora para a reformulação de conceitos operatórios da mesma tradição, como a inserção do político na descrição das condições básicas da experiência humana.

² Assim Arendt descreve sua atividade na conhecida entrevista à TV alemã em 1964 (Arendt, 2005, 1-23).



ALMEIDA, C. R. M.

Assim, de acordo com Arendt, a experiência existencial humana é, de um lado, mundana (*worldliness*)³, e, de outro, essencialmente plural, uma vez que os seres humanos aparecem uns aos outros não somente enquanto outros tantos objetos que compõem o mundo da experiência, mas enquanto perspectivas constituidoras *do* mundo por meio da ação e do discurso. Assim, a experiência dos outros sujeitos não se dá como a experiência dos objetos, uma vez que o sujeito é experienciado enquanto perspectiva ao qual o mundo se abre, como um *dativo da experiência*⁴. Em resumo, no mundo fenomênico – em que aparece tudo o que é –, os seres humanos aparecem enquanto perspectivas singulares sobre a realidade, enquanto outras aberturas ao qual o mundo é dado. É nisso que consiste a pluralidade em Hannah Arendt: o fato de que a experiência do humano se dá *qua* pluralidade de perspectivas que constituem o sentido do real (Castanheira, 2015).

Nesse sentido, a forma de apreensão do humano revela que a possibilidade de que os seres humanos formem um novo mundo, no interior qual eles realizam/atualizam a perspectiva singular que os constitui. É essa dimensão da pluralidade atualizada que Arendt denomina *o político*, no qual os seres humanos se revelam em sua singularidade e constituem um *mundo humano* (*space of appearance, Mitwelt*) a partir da ação e do discurso (Arendt, 1998; Loidolt, 2018). A pluralidade, assim, é descrita não somente como diversidade de propriedades e/ou qualidades, mas a partir da dimensão ontológica da experiência humana, a qual se dá enquanto perspectivas interrelacionadas no/do mundo.

É interessante notar, nesse momento, como essas reflexões aparecem no próprio texto de Hannah Arendt. A introdução foi necessária, pois Arendt não foi uma autora sistemática, faltando muitas vezes com a precisão em seus termos, o que dificulta a compreensão do sentido global de sua obra e mesmo da fixação de seus objetos, como já notaram seus primeiros intérpretes (Canovan, 1992). Uma vez esclarecido o sentido

³ Dado que a experiência só pode ser compreendida a partir do sujeito empírico, o que impossibilita sua subsunção em qualquer categoria ou princípio universal.

⁴ Como será apresentado nas próprias seções do artigo, Arendt distingue, no ser humano, a distinção entre o *quem* alguém é, e o que *alguém* é, distinguindo os modos distintos de aparecimento dos sujeitos e dos objetos.



ALMEIDA, C. R. M.

fenomenológico das descrições que ela opera, vale percorrer seus textos afim de ver como ela articulou essas ideias em seus textos.

Assim, ao falar da pluralidade em *A Condição Humana*, escreve (Arendt, 1998, p. 176, tradução e destiques meus): “No ser humano, a alteridade, compartilhada com tudo o que existe, e a distinção, compartilhada com tudo o que é vivo, torna-se singularidade [*uniqueness*], e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos”⁵. Dessa forma, a intersubjetividade humana atualiza uma nova camada de sentido no mundo em que a liberdade humana, compreendida como a possibilidade de introduzir o novo, pode aparecer. Na mesma obra, a autora descreve a centralidade das atividades da ação e do discurso para o aparecer da singularidade de cada indivíduo e, consequentemente, para a atualização da pluralidade (Arendt, 1998, p. 179, tradução minha):

Na ação e no discurso, os homens mostram *quem* são, revelam ativamente as suas identidades pessoais únicas e fazem assim a sua aparição no mundo humano, enquanto as suas identidades físicas aparecem sem qualquer atividade própria na forma única do corpo e no som da voz. Esta revelação de “*quem*” em contradição com “*o que*” alguém é - as suas qualidades, dons, talentos e defeitos, que pode exibir ou esconder - está implícita em tudo o que alguém diz e faz.⁶

Igualmente, é a atualização da pluralidade que permite o aparecimento da liberdade no mundo, rompendo com a causalidade própria da natureza. É o que diz a autora em *Entre o Passado e o Futuro* (Arendt, 2006, p. 165, tradução e destiques meus): “A liberdade, (...), é de fato a razão pela qual os homens vivem juntos numa organização política. Sem ela, a vida política como tal não teria sentido. A razão de ser da política é a liberdade, e o seu campo de experiência é a ação.”⁷ Nota-se, no texto, que Arendt não

⁵ No original: “In man, otherness, which he shares with everything that is, and distinctness, which he shares with everything alive, become uniqueness, and human plurality is the paradoxical plurality of unique beings.”

⁶ No original: “In acting and speaking, men show who they are, reveal actively their unique personal identities and thus make their appearance in the human world, while their physical identities appear without any activity of their own in the unique shape of the body and sound of the voice. This disclosure of “who” in contradistinction to “what” somebody is—his qualities, gifts, talents, and shortcomings, which he may display or hide—is implicit in everything somebody says and does.”

⁷ No original: “Freedom, (...), is actually the reason that men live together in political organization at all. Without it, political life as such would be meaningless. The *raison d'être* of politics is freedom, and its field of experience is action.”



ALMEIDA, C. R. M.

localiza a experiência da liberdade no mundo, nem na subjetividade, mas no espaço de sentido constituído pela atualização da pluralidade humana, isto é, a ação.

Contudo, é preciso destacar que esse esforço de Arendt em afirmar que é a ação e o discurso o que atualizam a pluralidade e a liberdade humanas traz em seu bojo a consequência de que a pluralidade não é compreendida como uma condição dada, mas como uma estrutura *passível* de ser atualizada, isto é, efetivada⁸. É nesse aspecto que a autora alemã postula a necessidade de um espaço público que possibilite e estabilize as atividades que atualizam a pluralidade (Arendt, 2006, p. 149, tradução e destiques meus):

A liberdade necessitava, para além da mera libertação, da companhia de outros homens que estivessem no mesmo estado, e necessitava de um espaço público comum para os encontrar, **um mundo politicamente organizado**, por outras palavras, no qual cada um dos homens livres pudesse se inserir por palavras e atos.⁹

Assim, Hannah Arendt desenha uma linha contingente que se desdobra em três níveis de aparência: o mundo das aparências (*appearing world*), seguido pelo espaço de aparência (*space of appearance*), atualizado pela ação e pelo discurso, e o espaço público (*public realm*), o qual, via instituições mantidas pela atividade humana, tem como objetivo estabilizar e manter as condições para a efetivação das atividades que atualizam o espaço de aparência e tornam humana a existência dos seres homens e mulheres.

Dessa forma, Arendt faz uso da metodologia fenomenológica, entendida como a descrição e fixação dos objetos intencionais da consciência sem, contudo, adotar a redução eidética de Husserl, por meio da qual a consciência poderia acessar essências atemporais (Arendt, 2005, p. 164-165). No entanto, uma vez que o método fenomenológico não lança fundamentos metafísicos nem parte de entidades extra

⁸ Sophie Loidolt tratou amplamente deste aspecto do conceito de pluralidade em Hannah Arendt (Loidolt, 2018), como será discutido ao longo do artigo. Aqui, vale unicamente destacar que sem ele não seria possível compreender os riscos do totalitarismo segundo Arendt: é justamente no caráter contingente da pluralidade que se situa o risco das práticas totalitárias, as quais podem impedir a atualização da pluralidade e da liberdade e, por consequência, a realização de uma vida plenamente humana.

⁹ No original: “Freedom needed, in addition to mere liberation, the company of other men who were in the same state, and it needed a common public space to meet them, a politically organized world, in other words, into which each of the free men could insert himself by word and deed.”



ALMEIDA, C. R. M.

temporais que explicariam racionalmente a totalidade do que é vivido em primeira pessoa, Arendt faz uso dele para operar a descrição das condições estruturas da experiência existencial humana, sem recorrer aos postulados metafísicos próprios da tradição filosófica¹⁰.

Por conseguinte, ao fazer uso do método fenomenológico, Arendt o insere no esforço de fundamentar sua reflexão naquilo que ela denomina “experiência”, a qual, justamente por isso, não deve ser confundida com o sentido meramente empírico desse termo, mas deve ser vista em relação à sua estrutura essencial (Borren, 2010)¹¹. Em consequência disso, a pluralidade é descrita como um dos elementos da estrutura essencial experiência *humana*, motivo pelo qual sua manutenção é a garantia para o que se entende por dignidade humana.

2. PLURALIDADE E EXIGÊNCIAS ÉTICAS

Em razão do destaque realizado sobre as atividades da ação e do discurso, é comum encontrar na recepção de Hannah Arendt afirmações de que ela estaria entre aqueles que propõem uma estetização da política (Loidolt, 2018, p. 232). Nesse sentido, a abordagem arendtiana da dimensão política é apontada como “amoral”, na qual se opera uma clivagem profunda entre o domínio da ética e o domínio da política¹².

Além disso, a crítica arendtiana ao que ela chamava de tradição, isto é, à tendência então dominante de tratar os assuntos humanos, marcados pela contingência e pela finitude, a partir de princípios universais, contribuiu para afastar a autora de temas

¹⁰ Em **A Vida do Espírito**, Arendt fará um amplo comentário sobre o que ela entende como “falácia metafísica”, a qual consistiria na hierarquia ontológica entre ser e aparecer. Em outras palavras: Arendt se afasta de um modo *fundacionalista* de filosofar. É justamente neste aspecto que a leitura de Arendt se mostra interessante para qualificar os argumentos em prol da liberdade política no debate contemporâneo, entre os quais a crise climática. Além disso, vale notar que não cabe aqui comentários acerca da correção ou fidelidade de Arendt ao que é exposto sobre os autores que ela comenta, seja Husserl, Kant ou qualquer outro. No presente artigo, trata-se tão somente de destacar o modo pelo qual Arendt os acessa como vias de compreender a fixação dos seus próprios problemas.

¹¹ Essa ênfase sobre a estrutura essencial da experiência humana é o fio condutor da descrição das três atividades e três esferas de sentido – trabalho e vida; obra e mundo; ação e pluralidade – realizada por Arendt em **A Condição Humana** (Castanheira, 2015; Loidolt, 2018).

¹² Sem a radicalização comumente encontrada nos autores que apontam essa clivagem, uma repercussão dela também pode ser vista na distinção entre ética e política operada por Eric Pommier ao comparar a abordagem de Hans Jonas e Hannah Arendt frente ao desenvolvimento da técnica (Pommier, 2016).



ALMEIDA, C. R. M.

e questões em torno do tema moral a partir das éticas tradicionais – deontológica e utilitarista¹³

Por isso, nesta seção do artigo, eu parto das considerações de Sophie Loidolt em torno das exigências éticas implícitas na atualização da pluralidade tal como Arendt a descreve para apontar o fato de que a abordagem arendtiana se afasta, de fato, das éticas baseadas em princípios universais, mas que isso não implica um divórcio com a ética enquanto tal, uma vez que a pluralidade exige *atitudes e virtudes*, o que parece aproximar a abordagem arendtiana da ética das virtudes. Além disso, eu utilizo as considerações da mesma autora para apontar que a pluralidade, tal como a descreve Arendt, exige a atenção à dimensão individual na esfera pública, o que é valorizado pela ética das virtudes e é negligenciado por outras abordagens, como procurarei demonstrar.

Assim, Loidolt (2018, p. 232, tradução minha) aponta que o olhar sobre a fenomenologia, tal como é recepcionada por Arendt, auxilia na identificação dos aspectos éticos da autora alemã: “esta [a abordagem fenomenológica] torna plausível que elementos éticos estejam inerentes à conceção de Arendt da pluralidade política *qua* atualizada”.¹⁴ Assim, é necessário perceber que a pluralidade só pode se realizar mediante o preenchimento de condições prévias – motivo pelo qual o governo totalitário se apresenta como um risco para sua atualização. Entre tais condições, em primeiro lugar, estão o próprio trabalho (*labor*) e a obra (*work*), os quais estão diretamente relacionados com a esfera da vida biológica e da do mundo artificial dos objetos fabricados, respectivamente. Assim, a pluralidade só pode ser atualizada se estiverem atendidas as necessidades para a manutenção da vida e estiver formado um mundo humano, no sentido da fabricação que estabiliza o ciclo vital e insere a dimensão dos meios e dos fins no mundo¹⁵.

¹³ Exceção feita à polêmica em torno do caso Eichmann e da banalidade do mal (Correia, 2023).

¹⁴ No original: “*it [the phenomenological take] makes it conceivable that ethical elements themselves are inherent within Arendt’s conception of the political qua actualized plurality.*”

¹⁵ É nesse aspecto, segundo o qual a pluralidade depende da atualização das atividades que lhe são ontologicamente inferiores, mas necessárias, que se pode vislumbrar respostas às críticas realizadas contra Arendt, segundo as quais a autora teria feito uma clivagem injusta e irreal entre a dimensão da vida e a esfera da política.



ALMEIDA, C. R. M.

O caráter prévio das atividades do trabalho e da obra em relação ao discurso e à ação, os quais atualizam a pluralidade, parece evidente. No entanto, pouco se tem pensado na importância de determinadas virtudes éticas para a realização da pluralidade, bem como pouco se tem trabalhado sobre a importância da dimensão da pluralidade para iluminar e dotar de sentido a experiência da individualidade. Nessa direção, escreve Loidolt (2018, p. 240-241, itálicos da autora, tradução minha):

Atualizar a pluralidade, como vimos, é de fato uma coisa perigosa e insegura. Por isso, é necessária, em primeiro lugar, *coragem* para sair para a rua e arriscar o próprio aparecer perante os outros. (...) Os sentimentos e atitudes em relação aos outros, que são, portanto, de grande importância para a manutenção de um mundo comum e da liberdade “em concerto”, são *o acolhimento do novo, o cumprimento das promessas e a disponibilidade para perdoar*.¹⁶

É por essa razão que Hannah Arendt manteve reservas contra as ideologias que procuravam subsumir a ação livre dos homens e mulheres entre si em uma unidade de comportamento, previsto e determinado pela natureza ou pela história. Da mesma forma, é nesse sentido que a lógica própria do consumo capitalista oferece um risco para a dimensão individual do ser humano, a qual só aparece mediante a atualização da liberdade (Arendt, 1998).

Assim, o enfrentamento do problema climático, ao encontrar a tensão entre a dimensão individual e a dimensão coletiva, pode-se obter um ganho de clareza ao estabelecer um diálogo a partir de Arendt. De modo ainda mais especial, aquelas abordagens que fazem da ética das virtudes um instrumental para o enfrentamento da crise. Além disso, a abordagem de Arendt tem sido ignorada nesse aspecto, ou reduzida tão somente ao problema do julgar, da responsabilidade e da culpa, sem considerar o âmbito mais ontológico no qual se move a autora – ao defender a necessidade de manter a dimensão individual como característica essencial do modo em que se dá a experiência

¹⁶No original: “Actualizing plurality, as we could see, indeed is a dangerous and insecure thing. Therefore, courage is needed in the very first place, to step out into the open and risk one's appearance before others. (...) The feelings and attitudes towards others, which are thus vitally important for the sustainment of a common world and freedom “in concert”, are welcoming the new, keeping one's promises, and being ready to forgive.”



humana, Arendt aponta para a sustentação daquela região em que as próprias virtudes são possíveis: a individualidade.

Com Arendt, portanto, é possível justificar a validade da dimensão individual da experiência enquanto elemento essencial para a efetivação da dimensão propriamente humana da existência, de modo especial diante de lógicas que se pretendem universais, o que compromete a esfera em que podem ser encontradas as próprias soluções para o problema: as virtudes. É essa também a conclusão de Loidolt depois de analisar o papel da singularidade na atualização da pluralidade em Hannah Arendt (Loidolt, 2018, p. 243, tradução minha):

Arendt lançou um aviso relativamente a esta perspectiva, uma vez que aniquila a pluralidade, a natalidade, a liberdade, a mundanidade e a individualidade. Isto tem consequências éticas. Por um lado, as estruturas quase totalitárias que são feitas para lidar com as massas aparecem como as medidas mais adequadas que poderiam ser adoptadas para enfrentar os desafios organizacionais acima descritos. No “melhor” de todos os casos, isso poderia significar que o bem-estar, a distribuição de bens e a organização da sociedade e do meio-ambiente funcionam melhor do que qualquer outro sistema - ao mesmo tempo, esse máximo de segurança social significaria um mínimo de liberdade.¹⁷

Dessa forma, a validade da dimensão individual da experiência humana contribui para reforçar o valor da resposta à crise climática a partir da ética das virtudes, a qual destaca o papel das ações individuais no enfrentamento do problema.

3. CRISE CLIMÁTICA E ÉTICA DAS VIRTUDES

Ao abordar a crise climática, a filosofia tem destacado uma variedade de aspectos do problema, dentre os quais a *ética das virtudes* figura como uma perspectiva fundamental, ao oferecer ferramentas analíticas e normativas que complementam e, em

¹⁷ No original: “*Arendt has issued a warning with respect to this perspective, as it annihilates plurality, natality, freedom, worldliness, and individuality. This has ethical consequences. On the one hand, quasi-totalitarian structures that are made to handle the masses seem to suggest themselves as the most adequate measures that could be adopted in confronting the organizational challenges described above. In the “best” of all cases this could mean that welfare, the distribution of goods and the organization of society and the environment, functions better than any other system – while the same, this maximum of social security would mean a minimum freedom.*”



ALMEIDA, C. R. M.

muitos aspectos, superam perspectivas baseadas nos modelos éticos utilitarista e deontológico, contribuindo no esclarecimento de propostas que visam lidar com o problema.

Assim, como destaca Philip Cafaro (2015), a ética das virtudes é particularmente valiosa no contexto ambiental, pois enfatiza a *formação de caráter* e as *disposições necessárias* para promover a harmonia entre o ser humano e o meio ambiente, não exigindo princípios a partir dos quais o comportamento humano deve ser avaliado, o que destaca a flexibilidade tão necessária para um problema complexo como a crise climática.

Além disso, essa abordagem não apenas reconhece os limites dos modelos éticos tradicionais, mas também oferece um caminho para a construção de sociedades sustentáveis, pautadas em virtudes públicas e privadas, como temperança, frugalidade e respeito à natureza. Dessa forma, a ética das virtudes é retomada não apenas como meio para o aperfeiçoamento individual, a partir de virtudes próprias do âmbito privado, mas destaca o lugar das virtudes públicas, como a justiça, para o enfrentamento do problema.

É nesse sentido que Denis Coitinho (2023) aponta, de um lado, a relevância de virtudes ecológicas *privadas*, como benevolência, humildade e frugalidade, as quais promovem comportamentos individuais responsáveis, essenciais para a mitigação dos impactos ambientais¹⁸, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de virtudes *públicas*, como justiça e sustentabilidade, como aquelas que oferecem um eixo normativo para a formulação de políticas que assegurem o bem-estar intergeracional e a preservação do ambiente natural¹⁹.

Assim, esse enfoque destaca que a preservação ambiental não é apenas uma questão de *direitos* ou de *utilidade*, mas de caráter humano e de excelência moral, de modo que a ética das virtudes alcança determinados níveis do problema que

¹⁸ Por exemplo, a frugalidade incentiva o consumo moderado, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais e promovendo a sustentabilidade.

¹⁹ Além da distinção entre virtudes ambientais públicas e privadas, Coitinho também propõe uma inovação significativa: um procedimento *contratualista* para selecionar virtudes que respeitem a pluralidade ética contemporânea, ampliando o alcance e a aplicabilidade da ética das virtudes, uma vez que não se compromete com uma antropologia fundamentada em um ideal de perfeição humana, próprio da ética das virtudes.



ALMEIDA, C. R. M.

permanecem inatingíveis pelas éticas tradicionais. Desse modo, a ética das virtudes oferece uma base robusta para enfrentar a crise climática, integrando esforços individuais e coletivos e, de modo especial, conectando o florescimento humano com o equilíbrio ecológico.

Contudo, essa abordagem pressupõe a validade e a importância das ações individuais, mesmo quando argumenta em prol de virtudes públicas, uma vez que se concentra na formação do caráter individual e nas disposições morais para agir de maneira ambientalmente responsável como justificação para determinadas atitudes, o que contrasta com modelos que priorizam mudanças estruturais e sistêmicas, frequentemente minimizando a dimensão individual do problema. Esse é o caso da teoria do decrescimento, como veremos.

4. A TEORIA DO DECRESCIMENTO

A teoria do decrescimento, conforme apresentada por Serge Latouche (2009) é uma crítica radical ao modelo econômico contemporâneo baseado no crescimento ilimitado. Para o autor, a busca incessante por crescimento econômico está no cerne das crises ecológicas o mundo enfrenta. Dessa maneira, a proposta do decrescimento não se resume a uma simples redução do crescimento, mas a uma transformação completa dos valores e estruturas que sustentam a economia global²⁰.

Nesse sentido, Latouche define o decrescimento como uma “utopia concreta”, cujo objetivo não é apenas diminuir os níveis de produção e consumo, mas repensar o que significa prosperar enquanto sociedade, dado que o crescimento ilimitado é incompatível com um planeta finito. Assim, o decrescimento é apresentado como uma alternativa tanto ética quanto prática para enfrentar o desafio da crise climática²¹. Por

²⁰ Nessa direção, Latouche critica severamente o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que ele considera uma contradição em termos. Para ele, o desenvolvimento sustentável perpetua a lógica do crescimento sob um verniz de responsabilidade ambiental, sem abordar os problemas fundamentais do sistema econômico. O decrescimento, ao contrário, rejeita completamente a ideia de que é possível conciliar crescimento econômico contínuo com limites ecológicos.

²¹ No cerne de sua proposta, Latouche a organiza em torno de oito ações interdependentes, conhecidas como os “oito erros”, por meio dos quais o autor propõe políticas que incentivem economias locais,



ALMEIDA, C. R. M.

essa razão, Latouche afirma que o decrescimento é, acima de tudo, um projeto humanista, pois visa libertar os indivíduos do ciclo de trabalho e consumo incessante, permitindo que se dediquem a atividades mais significativas e comunitárias – o que ecoa a crítica que Hannah Arendt faz ao consumismo contemporâneo, o qual reduziria os seres humanos ao ciclo do trabalho (Arendt, 1998).

Embora tanto a ética das virtudes quanto a teoria do decrescimento busquem responder à urgência da crise climática, suas abordagens revelam uma tensão fundamental entre a dimensão individual e a esfera coletiva, as quais ocupam posições diferentes e conflitantes em casa uma das abordagens. É nesse sentido que a pluralidade, tal como entendida por Arendt, aparece como um reforço na argumentação em prol da ética das virtudes ao salientar os riscos de se perder a dimensão individual dos problemas humanos.

Assim, a ética das virtudes destaca o papel de virtudes como a frugalidade, a humildade e a responsabilidade ecológica, entendidas como traços de caráter que os indivíduos devem cultivar para adotar estilos de vida mais sustentáveis e respeitosos com o meio ambiente. Portanto, a ênfase recai sobre escolhas morais pessoais, como consumir menos, reduzir a emissão de carbono e valorizar a simplicidade voluntária, de modo que a ética das virtudes pressupõe que a transformação ambiental começa na esfera individual, baseada na ideia de que agentes virtuosos inspirarão e promoverão mudanças mais amplas – como a promoção, via instituições, de virtudes públicas.

Por outro lado, Serge Latouche argumenta que os esforços individuais, embora relevantes, são insuficientes para lidar com a magnitude da crise ecológica (Latouche, 2009, p. 96):

reduzam o impacto ambiental e promovam a justiça social, rejeitando o consumismo como motor do progresso: 1) *Reavaliar*: Redefinir os valores predominantes, como a competitividade e o consumismo, e priorizar a cooperação e o bem-estar coletivo. 2) *Reconceptuar*: Questionar ideias econômicas e sociais centrais, como progresso, desenvolvimento e riqueza. 3) *Reestruturar*: Reformular as estruturas produtivas e sociais, promovendo economias locais e solidárias. 4) *Redistribuir*: Combater as desigualdades por meio de uma redistribuição justa dos recursos e da riqueza. 5) *Relocalizar*: Priorizar economias locais e reduzir a dependência de cadeias globais de suprimentos. 6) *Reducir*: Diminuir a produção e o consumo de bens e serviços, focando no essencial. 7) *Reutilizar*: Prolongar a vida útil dos produtos por meio da reutilização e manutenção. 8) *Reciclar*: Maximizar a recuperação de materiais e minimizar resíduos.



A alternativa para o produtivismo se coloca em todos os níveis: individual, local, regional, nacional e mundial (um a atenção especial devendo ser dedicada ao nível europeu). Todavia, corno a tirania dos “novos donos do mundo” se exerce de preferência sobre os níveis superiores, cumpre encontrar as forças mais pertinentes para agir de maneira concertada e complementar.

Igualmente (Latouche, 2009, p. 118, destaque meu):

“Mudar a vida” (slogan dos socialistas em 1981) ou trabalhar por “um outro mundo” (slogan de Altac em 2002) é realizável em 2007, **mas não com velhas receitas e não sem ruptura**. Os possíveis compromissos sobre os meios da transição não devem lazer perder de vista os objetivos com os quais não se pode transigir.

Nesse sentido, o autor posiciona o decrescimento como uma solução coletiva e sistêmica, exigindo a reformulação das estruturas econômicas, sociais e culturais das sociedades contemporâneas. Nesse contexto, as ações individuais aparecem no máximo como secundárias, vistas como um complemento à necessidade imperiosa de transformar sistemas produtivos e os padrões de consumo em escala global.

Assim, enquanto a ética das virtudes considera central a responsabilidade moral do agente individual, a teoria do decrescimento enfatiza que nenhuma virtude individual pode compensar a devastação gerada por estruturas econômicas predatórias. A crítica implícita à ética das virtudes na teoria do decrescimento está em sua dependência de um esforço ético individual, que, embora desejável, é insuficiente para enfrentar as condições objetivas e estruturais que impulsionam a crise.

Em resumo, enquanto a ética das virtudes propõe uma mudança de dentro para fora, centrada no agente moral, a teoria do decrescimento adota uma perspectiva de fora para dentro, priorizando a urgência ambiental e o imperativo de reestruturações sistêmicas. Essa incompatibilidade reflete uma diferença crucial na forma como ambas as abordagens interpretam a natureza e a consequente solução do problema climático.



5. ARENDT E LATOUCHE

Como foi visto, a crise climática representa um dos maiores desafios do nosso tempo, exigindo olhares a partir das diversas áreas do conhecimento. Em filosofia, exige-se reflexões profundas tanto sobre as dimensões individuais quanto coletivas das ações humanas, uma vez que esses dois âmbitos da nossa atividade estão indissoluvelmente implicados no problema. Nesse contexto, a ética das virtudes tem se mostrado uma excelente abordagem em relação às éticas tradicionais. Contudo, trata-se de uma abordagem que pressupõe a relevância do âmbito individual, relativizado em outras abordagens, como na teoria do decrescimento de Serge Latouche.

É nesse sentido que a leitura que Hannah Arendt faz da dimensão plural da existência humana pode contribuir na argumentação favorável à ética das virtudes, ao salientar a importância da dimensão individual e os riscos do seu desaparecimento em função da lógica própria dos processos vitais – sejam eles retirados da história, de uma suposta natureza humana ou do meio ambiente. Nessa direção, Arendt coloca a pluralidade no cerne de sua ética e política, de modo que, em sua concepção, trata-se do espaço em que a ação humana se revela e se torna significativa, ao permitir o desvelamento não apenas do sentido humano ao mundo, mas dos próprios sujeitos que tecem, por assim dizer, a ação.

Nesse sentido, a autora alemã adverte que os processos coletivos não podem subjugar o individual sem colocar em risco a dignidade humana²² e abrir espaço para práticas totalitárias que excluem a dimensão individual da vida humana, reduzindo homens e mulheres como elementos de uma dinâmica processual. Por isso, comentadores como Sophie Loidolt enfatizam que a ética arendtiana emerge da interação entre o “quem” e o “nós”, onde o coletivo não deve anular a dimensão individual.

²² Em um texto de 1946, Hannah Arendt escreve que a dignidade humana está fundada na espontaneidade, isto é, na capacidade própria do agir humano de romper com a causada, por meio da intersubjetividade (Arendt, 2005).



Essa perspectiva é essencial no enfrentamento da crise climática, pois os esforços para mitigar as mudanças frequentemente exigem medidas coletivas que podem, inadvertidamente, comprometer liberdades individuais – o que colocaria em risco não somente a democracia, mas a dimensão pressuposta para a validade da ética das virtudes enquanto abordagem frente ao problema climático.

É nessa direção que parece caminhar Latouche, ao propor o decrescimento como um projeto radical de ruptura com a lógica de crescimento econômico infinito, identificada como a raiz da crise ecológica. Apesar de muitas afinidades entre sua proposta e a ética das virtudes, uma vez que ele destaca a necessidade de redefinir valores, abandonar o consumismo exacerbado e reconstruir as bases das sociedades humanas em torno de princípios de sustentabilidade e solidariedade, ela tende a enfatizar soluções sistêmicas e coletivas, oferecendo pouca atenção à dimensão individual do problema. Essa lacuna pode ser problemática, especialmente diante da importância de escolhas pessoais e responsabilidades individuais no enfrentamento da crise climática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ao contrastar essas perspectivas, observa-se que a ética da pluralidade de Arendt, conforme interpretada por Loidolt, contribui para a discussão ética em torno da crise ao trazer à tona a relevância do indivíduo na tessitura do coletivo. Arendt alerta que soluções que ignoram o papel dos indivíduos podem levar à desumanização e à quebra de laços sociais essenciais para a construção de um mundo habitável, o que ressoa na crise climática, onde ações governamentais e coletivas são vitais, mas dependem de adesão e participação individuais para serem eficazes. Assim, sob a ótica arendtiana, pode-se afirmar que tanto o consumismo capitalista quanto soluções unilateralmente coletivas para a crise climática encaram o ser humano a partir da perspectiva da *espécie*, governada pelas leis naturais²³. Dessa forma, é a atenção à pluralidade o que permite

²³ Em *A Condição Humana*, Arendt discute amplamente os riscos de encarar o ser humano tão somente enquanto *animal laborans*, isto é, a partir da perspectiva da espécie.



abrir o espaço para a reflexão e a prática das virtudes ambientais e evita que soluções coletivas integrem elementos totalitários, uma vez que ela desvela a individualidade e livra o humano da lógica da espécie.

Em resumo, a fenomenologia das atividades humanas operada por Arendt aponta para a pluralidade como elemento básico da experiência existencial humana, bem como destaca a necessidade de requisitos éticos para sua realização, a qual ocorre na ação intersubjetiva. Contudo, as demandas da vida (*labor*) podem ser tão opressivas que nos deixam sem margem para a ação (Loidolt, 2018, p. 243). É nesse sentido que a autora defende que a pluralidade coloca um limite às demandas da vida, o que nos permite pensar nas soluções coletivas para problemas complexos como a crise climática, sem perder a dimensão do papel e da responsabilidade individual nesse espaço.

Referências

- ARENDT, H. *Between past and future: eight exercises in political thought*. New York: Penguin Classics, 2006.
- _____. *Essays in Understanding: 1930-1954. Formation, Exile, and Totalitarianism*. 1st ed. New York: Harcourt, Brace & Co., 2005.
- _____. *Origens do Totalitarismo*. 1^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *The Human Condition*, 2nd edition. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.
- _____. *The Life of the Mind*. [s.l.] New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1978.
- BARBOSA, Kherlley Caxias Batista. O confronto crítico de Arendt com Jaspers e Heidegger. *Perspectivas*, v. 2, n. 1, p. 18-39, 2017.
- BORREN, M. *Amor mundi*: Hannah Arendt's political phenomenology of world. 1^a ed. Amsterdam: F & N Eigen Beheer, 2010.
- CAFARO, Philip. Environmental virtue ethics. In: BESSER-JONES, Lorraine; SLOTE, Michael (org.). *The Routledge companion to virtue ethics*. London: Routledge, 2015. Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9780203071755.ch31>. Acesso em: 18 dez. 2024.
- CANOVAN, M. *Hannah Arendt: A Reinterpretation of Her Political Thought*. 1^a ed. New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1992.
- CASTANHEIRA, Nuno Pereira. *Estar em casa no mundo*: Hannah Arendt, crise do sentido e ser do humano. Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade de Lisboa, 2015.



Ética das virtudes e crise climática: um diálogo a partir de Hannah Arendt

ALMEIDA, C. R. M.

COITINHO, Denis. Mudanças climáticas e o papel das virtudes. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 35, 2023. Disponível em: <http://doi.org/10.7213/1980-5934.34.063.AO00>. Acesso em: 18 dez. 2024.

DIAS, Lucas Barreto. Cristalização e desnaturalização do Totalitarismo em Hannah Arendt: a hermenêutica como método para o pensamento político. *KRITERION*, Belo Horizonte, n° 154, Abr./2023, p. 147-166.

DUARTE, André. **O Pensamento à Sombra da Ruptura:** Política e Filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HERRMANN, Steffen; THONHAUSER, Gerhard; LOIDOLT, Sophie; MATZNER, Tobias; BARATELLA, Nils (ed.). *The Routledge Handbook of Political Phenomenology*. 1. ed. Milton Park, Abingdon: Routledge, 2024.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEVITSKY, Steven. ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOIDOLT, S. **Phenomenology of Plurality: Hannah Arendt on Political Intersubjectivity**. 1ª ed. Nova York: Routledge, 2018.

_____. The Question of Reality under Modern Conditions: Arendt's Critique of the Phenomenological Tradition, A Close Reading of "What Is Existenz Philosophy?". *Graduate Faculty Philosophy Journal*, Nova York: NY, v. 34, n. 2, p. 339-380, 2013.

POMMIER, E. Ética e política em Hans Jonas e Hannah Arendt. *Revista De Filosofia Aurora*, 28 (43), 227-248, 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/aurora.28.043.DS12>. Acesso em: 15 dez. 2024.

_____. La confianza pública en Hannah Arendt. *Veritas*, n. 47, p. 59-80, 2020. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-9273202000300059. Acesso em: 15 dez. 2024.

_____. **L'humanisme après Heidegger** : Lévinas, Jonas, Arendt et Patočka. Paris: Presses Universitaires de France, 2024.

SANTOS, Marcus Gabriel Miranda. **A ontologia política de Hannah Arendt**. 2023. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39600>. Acesso em: 27 dez. 2024.